

## 3

**A Geografia em sala de aula e a noção de Sustentabilidades: formando o 6º ano do ensino fundamental para a gestão de espaços sustentáveis através da Educação Geográfica**

Nesse capítulo temos por objetivos apresentar uma crítica ao pensamento vigente, que privilegia a ideia de um desenvolvimento “único e para todos”, partindo do ideal ocidental do desenvolvimento como crescimento e progresso aos seus moldes, e ao modelo de desenvolvimento sustentável, o qual representou apenas uma forma de mascarar a ideologia dominante, mantendo o discurso de desenvolvimento como “único e para todos”, linear e fechado, desassociado da busca por valores socioambientais éticos, desejando evidenciar a existência de desenvolvimentos e sustentabilidades no plural, uma vez que cada sociedade, dotada de autonomia, tem o direito de definir os seus princípios de sustentabilidades e o seu próprio modelo de desenvolvimento

Assim como desejamos comprovar a existência de uma relação simbiótica entre a Educação Geográfica e as sustentabilidades do espaço, através do resgate de valores socioambientais éticos nas aulas de geografia do ensino fundamental.

Para tanto, estruturamos nossa discussão em três subcapítulos. No primeiro apresentaremos um breve histórico da noção de desenvolvimento como progresso, como projeto civilizatório do ocidente, e da noção desenvolvimento sustentável, destacando os principais relatórios e conferências que deram origem e expandiram essa noção, bem como desejamos apresentar a ideia de desenvolvimentos e sustentabilidades, demonstrando que cada sociedade de acordo com suas particularidades e especificidades deve, de maneira autônoma<sup>10</sup>, escolher suas bases de produção e reprodução, definindo seu modelo de desenvolvimento e suas sustentabilidades.

Já o segundo subcapítulo versará sobre a importância do ensino da Geografia em sala de aula, sendo esta uma das disciplinas fundamentais para a realização de uma educação cidadã para a formação de valores éticos capazes de

---

<sup>10</sup> Entendemos que a escolha autônoma das bases de produção e reprodução, materiais e imateriais, de uma sociedade, é uma situação ideal a ser vivenciada, mas que é um tanto quanto difícil de ser alcançada, mediante as relações e exigências vigentes no cenário sócio, político e econômico mundial.

instrumentalizar o aluno para exercer sua autonomia, por tratar de questões que envolvem as relações das sociedades.

Apresentaremos também a ideia da existência de uma relação simbiótica entre a Educação Geográfica e a busca de Sustentabilidades no espaço, demonstrando que este pode ser um caminho eficaz a seguir, uma vez que a Educação Geográfica proporciona o conhecimento do mundo, demonstrando aos alunos sua capacidade de interagir na construção da sociedade e do espaço. Isto somado à (re)criação de valores socioambientais éticos e sustentáveis, pode contribuir para alcançarmos a construção de espaços concebidos sob outras racionalidades, além das atuais.

No último subcapítulo realizaremos uma análise sobre as possibilidades de haver uma educação para valores, demonstrando a importância de se trabalhar valores éticos para a formação cidadã do alunado, além de salientar pontos-chaves para educar formando valores positivos, e não contravalores.

### **3.1.**

#### **A Evolução das Noções de Desenvolvimento(s) e Sustentabilidade(s)**

Segundo Rúa (2007):

“Modernização, progresso e desenvolvimento têm sido termos intercambiáveis e têm marcado o movimento do todo social como projeto civilizatório no Ocidente, e, paulatinamente, ao se tornar hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo. (p. 144)

Temos então que a noção de desenvolvimento que ainda prevalece é aquela voltada para o desenvolvimento como progresso econômico, cujos padrões de produção, distribuição e consumo estão baseados no modelo capitalista, não só como um modo de produção<sup>11</sup>, mas também como uma forma de organização das sociedades. Este modelo difunde um modo único de pensar, agir, produzir, consumir, além de apresentar uma visão dicotômica da relação homem-meio, a qual tem sido mediada pela técnica, em prol da apropriação mercantil da natureza sob a lógica do mercado. Nesse sentido, a natureza tem se apresentado como fonte de renda sendo apenas um valor-de-troca.

---

<sup>11</sup> Maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. Formado pelo conjunto das forças produtivas e pelas relações de produção.

Acsehrad (1999) afirma que essa “*noção hegemônica de desenvolvimento supõe a imposição de uma trajetória suposta única e inelutável, que levaria os países subdesenvolvidos à condição de desenvolvimento*”. Ou seja, existiria um modelo único e para todos de desenvolvimento, o qual deveria ser seguido a fim de que os países pudessem chegar ao padrão máximo do desenvolvimento dominante à condição de país desenvolvido.

No entanto, sabemos que a degradação ambiental e as persistentes injustiças sociais representam o fracasso desse modelo de desenvolvimento dominante, pois na realidade essa forma de “*homogeneização e integração das sociedades periféricas ao capitalismo central não é correta*” (ACSELRAD, 1999), uma vez que não são todos os países que dispõem de recursos para adaptar-se a tais moldes. As crises desse modelo, sejam elas sociais ou ambientais, precisam ser superadas com a introdução de uma nova ideologia, com a geração de um novo paradigma.

Com o fracasso e o esgotamento da noção de desenvolvimento dominante, e as crises provenientes desse modelo especialistas entendem que é necessário rever a noção anteriormente citada e formular propostas para resignificá-la. A seguir descreveremos sucintamente parte do processo de resignificação da noção corrente de desenvolvimento, do qual emergirá a ideia de desenvolvimento sustentável<sup>12</sup> como proposta de um novo paradigma de desenvolvimento.

Em 1972, o Clube de Roma divulgou um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento, apresentando os problemas cruciais relativos ao modelo de desenvolvimento vigente e suas implicações para o futuro, sinalizando que a Terra não suportaria a pressão sobre os recursos naturais, bem como o aumento da poluição, propondo que se pensasse em mecanismos de diminuição da utilização de recursos primários. No entanto esse discurso foi arrefecido devido a problemas econômicos do momento.

Nesse mesmo ano, em Estocolmo (Suécia) foi realizada a Primeira Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, na qual houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), órgão

---

<sup>12</sup> É um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas.

que tem por objetivo coordenar ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Foi a partir desses dois acontecimentos, que a ideia de desenvolvimento sustentável surgiu como proposta de rever a noção corrente de desenvolvimento, que se apresenta como insustentável, sendo ecologicamente degradante, economicamente desigual e socialmente perverso.

Somente no ano de 1987 o termo desenvolvimento sustentável foi de fato utilizado, pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, em seu relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” (Our Common Future), conhecido com Relatório de Brundtland. Nesse relatório o ideal era manter o ritmo crescente de desenvolvimento econômico e progresso, mas pensando em não comprometer as necessidades e possibilidades de crescimento das gerações futuras, ou seja, mantinha a mesma visão hegemônica do mercado, e de crescimento com progresso e modernização.

No entanto, a noção de desenvolvimento sustentável só foi incorporada como um princípio após a Cúpula da Terra de 1992, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse momento, a palavra desenvolvimento estava ligada ao campo da economia, relacionada à capacidade dos países de produzir mais, e o termo sustentável referia-se a ideia de preservação ambiental. O objetivo da época era aumentar a produção e o consumo mundial sem deixar que os países em desenvolvimento se transformassem em ávidos predadores da natureza; desejava-se equacionar desenvolvimentos econômicos nacionais e sustentabilidades ambientais globais, com o intuito de se proteger de um desastre ambiental no futuro (RUA, 2007). Podemos perceber que há uma tensão nessa noção, pois tal equação é incongruente, uma vez que a relação entre economia e natureza é improvável. Vale lembrar que essa conferência serviu como base para a construção da Agenda 21<sup>13</sup>.

Mais tarde, em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável, a Rio+10, realizada em Johannesburgo, o termo desenvolvimento

---

<sup>13</sup> Documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. É importante saber que cada país desenvolve a sua Agenda 21 de acordo com suas ações prioritárias.

sustentável foi resignificado, devido à necessidade de superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. A questão principal era o desejo de se quitar o déficit social. O debate sobre o desenvolvimento desloca seu eixo da economia para o campo social. O intuito era que a produção econômica pudesse desenvolver-se sem riscos sociais e ambientais (RUA, 2007).

Percebemos, contudo, que o discurso de desenvolvimento continuava dentro de uma lógica produtivista, na qual o adjetivo sustentável significava durabilidade (ACSELRAD, 1999), representando um modo de mascarar a ideologia dominante, mantendo ainda a mesma linha do desenvolvimento como “único e para todos”, sendo linear e fechado, o qual todos poderiam alcançar, havendo apenas a necessidade de adaptá-lo as exigências ambientais e sociais citadas (ACSELRAD, 1999). O discurso continuou desassociado da busca por valores socioambientais éticos tão necessários para a formulação de uma nova racionalidade.

Portanto, rompendo com a maioria dos discursos observados em nossa sociedade, que privilegiam a ideia de um desenvolvimento “único e para todos”, partindo-se do ideal ocidental do desenvolvimento como crescimento, modernização e progresso aos seus moldes, acreditamos na existência de desenvolvimentos e sustentabilidades no plural, entendendo que cada sociedade tem o direito de definir os seus padrões de sustentabilidade, bem como seu próprio modelo de desenvolvimento.

Vale aqui apresentarmos o que entendemos pelas noções de desenvolvimentos e sustentabilidades, uma vez que estas ficaram comprometidas com a predominância da visão economicista. Desenvolvimento refere-se ao modo como as sociedades produzem e se reproduzem, e sustentabilidade o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais e imateriais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais e as diferentes forma de se (re)construir (ACSELRAD, 1999; RUA, 2007). Como falamos de sociedades, também devemos pensar em desenvolvimentos e sustentabilidades, pois não desejamos substituir um modelo hegemônico dominante e único por outro modelo uniforme.

Com relação à noção de sustentabilidades devemos estudá-la por critérios ou dimensões, uma vez que não há apenas uma forma ou setor para sua aplicabilidade, podemos ter dimensões social, econômica, ecológica e espacial

como nos apresenta Sachs (1993), ou critérios social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político nacional e internacional. De modo que cada sociedade, de acordo com sua história, cultura, particularidade e especificidade, deve estabelecer parâmetros de sustentabilidades em sua relação com a natureza e consigo mesma.

Defendemos, portanto, a aplicação do discurso de sustentabilidades como base para alcançar espaços concebidos sob outras racionalidades, além das atuais, as quais têm levado a reprodução de um modelo societário injusto, desigual e ambientalmente degradante, rompendo com o modo binário de pensar o “social” e o “natural”. E para isso é necessário que os cidadãos entendam que a concepção dos espaços vividos e percebidos depende, não apenas de seus gestores, mas também de todos os que habitam o local. Afinal, quem melhor do que aqueles que têm vivência e percepção para conceber ou auxiliar na concepção dos espaços.

Quando o cidadão se vê como autor do processo de construção do espaço, ele pode focar seus atos e meios de crescimento em valores éticos e socioambientais sustentáveis, de forma que seus desejos e necessidades de crescimento sejam alcançados, mas sem prejuízos para o futuro, baseados em ações que buscam a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a equidade e a justiça social, uma melhor distribuição dos recursos financeiros, o uso mais consciente dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, que dêem continuidade aos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais de cada sociedade.

Sendo assim, como cada sociedade, de acordo com seus modos de produção, seu tempo e suas lógicas, produz o seu espaço conforme suas ações, é necessário que estas estejam baseadas em valores socioambientais éticos e sustentáveis, além de ser preciso que as sociedades reconheçam/saibam que desempenham um papel na produção do seu espaço, para que o exerçam de forma a gerar espaços mais justos, menos desiguais, onde haja o respeito pelo meio ambiente e pelo próximo. Por isso, chamamos atenção para a necessidade de resgatar a noção de cidadania na sociedade, bem como valores socioambientais éticos e sustentáveis, através da Educação Geográfica.

### 3.2.

#### **Educação Geográfica e Sustentabilidades: formando o 6º ano do ensino fundamental para a gestão de espaços sustentáveis**

Atualmente, as relações sociais de (re)produção encontram-se baseadas em valores injustos, onde o individualismo, o consumismo, a valorização do ter, o uso da natureza sem a consciência da preservação ambiental, da conservação da biodiversidade e sem respeitar os limites dos ecossistemas, leva-nos a *“uma época de crescente destruição dos ecossistemas e de rápida redução da biodiversidade”* (RUA, 2007: p. 11); uma época em que as marcas das desigualdades sociais saltam aos olhos quando observamos o espaço geográfico. Mediante esse fato, torna-se urgente e *“de grande interesse o resgate de diferentes olhares de populações sobre o ambiente”* (idem), por meio de uma (re)criação *“de valores éticos e ambientais, suas crenças, sua relação com a natureza, as preocupações com o futuro das próximas gerações”* (idem). Assim como é urgente trazer à baila uma reflexão sobre os meios que as sociedades têm utilizado para produzir o espaço, enfatizando os problemas causados por estes meios.

Reconhecemos que a relação homem-meio tem se apresentado como um problema, uma vez que as formas de concepção dos espaços de vivência aplicadas pelos grupamentos humanos estão longe de terem a marca das Sustentabilidades no espaço (em suas representações socioespaciais), e, segundo Rua (2007), é preciso resgatar os valores éticos e ambientais do ser humano, através de diferentes olhares e caminhos para, então, começarmos a equacionar problemas socioambientais como à pobreza, a exclusão de parcelas da população das relações de reprodução das sociedades, o uso indiscriminado dos recursos naturais e às formas de crescimentos que agridem o meio ambiente.

Um caminho pouco explorado, porém um dos mais eficazes na busca por novos olhares acerca das Sustentabilidades no espaço, em nossa percepção é o da (re)criação dos valores éticos, ambientais e culturais com as crianças através da educação básica, promovendo uma Educação Geográfica que oriente as práticas sociais.

Acreditamos que a promoção da Educação Geográfica ajuda no exercício da cidadania, uma vez que nos apresenta como autores do processo de construção do espaço, e ainda contribui para a formação de um pensamento autônomo, crítico

e reflexivo acerca de nossas relações com a sociedade e com o meio ambiente, contribuindo assim para a busca de Sustentabilidades em nossas relações de produção.

Vale lembrar que a noção de cidadania trabalhada encontra-se relacionada ao conceito de ética (princípios e valores norteadores da sociedade) e moral (conjunto de normas para a obtenção de uma sociedade mais justa e harmônica). Logo, quando falamos de formar alunos-cidadãos, queremos garantir que os direitos e deveres individuais e sociais sejam buscados e implementados, e ao mesmo tempo desejamos que os alunos estejam cientes de que são sujeitos da construção do espaço, e, que conseqüentemente, podem assegurar esses direitos, a partir da constituição de uma sociedade mais igualitária, focando seus atos e meios de crescimento em valores éticos e socioambientais.

Desse modo, não devemos perder de vista o fato de que a consciência cidadã e os valores éticos são, em parte, construídos na escola e de forma primordial nos anos iniciais, pois entendemos que neste momento estamos formando o *ethos*, – sabe-se que este sofre mudanças por toda a vida, mas é na infância/juventude que adquire a sua essência – nossos costumes, conjuntos de práticas integradoras da sociedade e da natureza (SIQUEIRA, 2002).

A escola tem a competência de lidar com as duas partes da estrutura da ética: com o *ethos* (costumes, essência do ser) e com o *héxis* (hábitos); inclusive de forma a alterar o *ethos* humano, cuja formação tenha base em hábitos antiéticos (atrelados às formas de relação entre sociedade e meio ambiente), visando à construção de novos valores, com bases sustentáveis. E a Geografia, com seus temas, conceitos e conteúdos, tem a possibilidade de auxiliar esse processo de formação de valores, buscado as Sustentabilidades no espaço.

Na escola, com o ensino da Geografia, o professor deve buscar (re)criar esses novos olhares “curados” dos males de nossa sociedade – ter seus meios de desenvolvimento apoiados no uso e apropriação da natureza sem respeitar seus limites, baseados em um modelo de desenvolvimento hegemônico, único, o qual, muitas vezes, não se encaixa em seus padrões culturais, históricos, sociais e naturais – a partir de novas práxis, novos hábitos e construindo valores éticos na relação dos alunos com o meio ambiente, pois futuramente estes serão os empregados, empresários, gestores do espaço.



Com a geração de bons costumes na escola, o ensino de Geografia, trabalhado de forma interdisciplinar, pode mudar a história das marcas deixadas pelo homem no espaço. As novas marcas poderão apresentar traços de Sustentabilidades, caso a promoção da educação geográfica possibilite a construção de um arcabouço teórico baseado na relação sustentável do homem com o meio ambiente, uma vez que a formação das paisagens (marcas deixadas pelos homens no espaço como herança a partir de suas práticas) encontra-se relacionada com o *ethos* das sociedades, desse modo devemos desenvolver hábitos e costumes com alunos, para que eles entendam os meios de formação e transformação da paisagem e sua participação nessa construção; bem como possam idealizar e, futuramente, gerir um espaço dotado de Sustentabilidades, onde haja a redução das desigualdades sociais, a superação da pobreza e o uso racional da natureza (que esta não se apresente apenas como um valor de troca).

A Educação Geográfica tem a capacidade de criar valores sustentáveis, e suscitar novas configurações para as atividades sociais, onde o desejo e a necessidade de crescimento sejam alcançados, mas sem prejuízos para o futuro; onde sejam adotadas ações que busquem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, a equidade e a justiça social, uma melhor distribuição dos recursos financeiros, o uso mais consciente dos recursos naturais renováveis e não-renováveis; ações que dêem continuidade aos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais de cada sociedade; onde as sociedades saibam administrar as condições materiais e imateriais de sua reprodução, redefinindo seus princípios éticos e sociopolíticos.

Sendo assim, acreditamos que há uma relação simbiótica entre a educação geográfica e a busca pelas sustentabilidades no espaço, de modo que ambas podem caminhar separadamente, mas que quando são trabalhadas de forma conjunta oferecem melhores resultados.

### 3.3.

#### **Educando para a formação de valores socioambientais éticos**

Conforme mencionamos anteriormente, estamos vivenciando diversas crises socioambientais, que tem afetado as relações da humanidade com a natureza e consigo mesma. Ao nosso entender, essas crises encontram-se

sustentadas por racionalidades respaldadas em contravalores. Desse modo, acreditamos que uma das formas para reverter determinadas situações de crise e observar a construção de um mundo sustentável é a promoção uma educação para a formação de valores, seja no ensino da geografia (como é o nosso caso) ou em outra disciplina da Educação Básica.

Mas, o que representa uma educação para formação de valores? Qual é a relação entre o ensino escolar e a prática de valores? Ou ainda mais, o que são valores?

Valor, segundo Ítalo Gastaldi, *“é a força capaz de tirar o homem de sua indiferença e provocar nele uma atitude de avaliação, porque contribui de alguma forma para sua realização pessoal”* (apud COSTA, 2008, p. 29). E segundo Carreras, em uma perspectiva pedagógica, valor *“é um objeto que nos propomos atingir na educação, que parte da ideia que se tem do homem e que visa a ajudá-lo a ser mais [humano]. É simplesmente a convicção razoável de que algo é bom ou mau para chegarmos a ser mais humanos”* (2006, p. 24).

Sendo assim, educar para formação de valores representa trabalhar com o aluno qualidades estimáveis, as quais são compreendidas como fonte do sentido de suas futuras escolhas, uma vez que determinam o rumo de nossas decisões e ações no mundo.

Destacamos que:

“O termo valor está relacionado com a própria existência da pessoa, afeta sua conduta, configura e modela suas ideias e condiciona seus sentimentos. Trata-se de algo mutante, dinâmico, que aparentemente, escolhemos de maneira livre entre diversas alternativas. Depende não obstante, em boa medida, do que foi interiorizado ao longo do processo de socialização e, por conseguinte, de ideias e atitudes que reproduzimos a partir das diversas instâncias socializadoras”. (CARRERAS, 2006, p. 22.)

Ora, se os valores são algo mutante, que aparentemente escolhemos de maneira livre entre as alternativas apresentadas, mas que são incorporados ao longo do processo de socialização através das experiências vivenciadas por cada pessoa, seja no seio familiar, em cultos religiosos, ou nas escolas, dentre tantas outras instituições, obviamente existe uma estreita relação entre o ensino escolar e a prática de valores. Vejamos.

Os valores não são conhecimentos puramente cognitivos, pois vão além da cognição ou da percepção, na medida em que são incorporados pela estima do

sujeito a eles. No entanto, apresentam uma polaridade, porque podem ser positivos, sendo estes valores, ou negativos, sendo então contravalores.

O valor pode ser descoberto, incorporado e efetivado. Logo, para que os valores tornem-se hábitos vivenciados pelos seres humanos, é preciso que passe por esses três estágios de apreciação, caso contrário, podem ser apenas descobertos, mas não chegam a ser efetivados. Sendo assim, no processo educativo, cabe não só a demais instituições, mas também a escola, na figura dos educadores, apresentar valores positivos e oportunizar a sua vivência, a fim de que esses possam ser identificados, incorporados e vivenciados pelos alunos, através de ações concretas de solidariedade, amor, cuidado, respeito, responsabilidade pessoal e socioambiental.

As perguntas que seguem fundamentam-se em questões didáticas relacionadas a metodologias, a conteúdos e a avaliações: como fazer, quais recursos utilizar, quais valores priorizar, como avaliar possíveis resultados?

O filósofo alemão Max Scheller com a frase “*as coisas existem, os valores valem*” nos ajuda a responder alguns dos questionamentos realizados acima, e nos induz, a outras considerações. Pois, como os valores não apenas existem, mas valem, eles devem ser experimentados, vividos, e não somente comentados. Como vimos à formação para valores não é apenas cognitiva.

Dessa forma o “como fazer” já se encontra encaminhado, cabe ao educador realizar, mais do que um discurso em sala de aula ou um aconselhamento em aulas teóricas, um estímulo a práticas e vivências significativas através de recursos como: a leitura e reflexão de jornais e revistas que apresentem ações baseadas em valores e contravalores, dissociando o que é bom e o que é mau; assistir e comentar programas de televisão e filmes que destaquem a prática de valores e contravalores; estimular a participação em campanhas de voluntariado; elaboração de projetos didáticos que estimulem o agir ético dos alunos, com temas de urgência socioambiental; dentre tantas outras atividades.

O professor poderá escolher os valores éticos a serem abordados, de acordo com a atividade proposta e com os objetivos que se pretende alcançar. Em nosso trabalho citamos alguns valores importantes para reverter situações de crises da atualidade, sejam elas causadas pelos problemas ambientais globais ou por desequilíbrios no desenvolvimento social. Dentre esses valores destacamos a

responsabilidade, o cuidado, o respeito e a solidariedade. Vale lembrar que “as práticas e vivências do dia-a-dia nas escolas e comunidades são exercícios que colocam os educandos diante de si mesmos, do mundo e do desafio de valorizar a vida” (COSTA, 2008, p.35), e, portanto os valores escolhidos para serem desvendados devem ser positivos e referentes à busca pela dignidade e respeito dos seres humanos e da natureza.

Com relação aos resultados, não há uma avaliação oficial, uma prova, que possa “comprovar” o conhecimento adquirido. Como a educação para formação de valores faz parte da construção de conceitos atitudinais, seus resultados poderem ser observados no dia-a-dia da comunidade escolar, através das relações que os alunos constroem com os colegas, professores e demais funcionários, e com o ambiente escolar; ou ainda pelos relatos dos alunos de atividades realizadas em seus demais espaços de vivência e relações interpessoais fora da escola, ou por relatos dos pais sobre possíveis mudanças de comportamento e atitudes. No entanto, resultados efetivos de tal formação podem ser observados em longo prazo a partir da postura cidadã que o aluno tomará frente ao mundo.

Enfatizamos que a educação para valores deve ter o apoio familiar, como por exemplo, através de um retorno dos benefícios alcançados e observados pelos responsáveis. Sendo de extrema importância o trabalho em conjunto da escola com a família.

Segundo Costa,

“[...]educar para valores é instruir uma pessoa a fazer escolhas fundamentadas em algo que tem significado e sentido positivos para ela e para a sociedade da qual faz parte”. (COSTAS, 2008, p. 36)

Por isso, acreditamos que é imprescindível o trabalho de resgate e formação de valores socioambientais éticos para o crescimento do aluno como cidadão consciente, capaz de atuar na construção de relações e espaços de vivência abalizados por escolhas que favoreçam e respeitem o meio e o outro.

Assim, uma educação geográfica que busca promover sustentabilidades no espaço, deve também estar preocupada com o desenvolvimento de competências, adoção de atitudes e aquisição de habilidades<sup>14</sup> apoiadas em valores socioambientais éticos. Pois desse modo, os alunos poderão encarnar valores que os guiem na produção e reprodução de relações sustentáveis, visando viver em um mundo socialmente e ambientalmente mais justo e equilibrado através de suas atitudes.

Há quem diga que é impossível educar sem princípios educativos e sem valores, sendo impensável a existência de uma escola que não respeita os valores que norteiam a razão de ser do homem, do mundo, da vida ou do sentido da história. Nós concordamos com tais afirmações e vamos além, dizemos que não há como pensar a existência de um mundo sustentável, equilibrado e justo, se o desenvolvimento do ser humano estiver desequilibrado por fundamentar-se na aquisição de valores antiéticos.

Logo, acreditamos que a educação para formação de valores é essencial para gênese de postura crítica frente aos acontecimentos sociais e ambientais, que estimulem a prática de ações marcadas pelo cuidado, pelo respeito, pela responsabilidade, pela solidariedade, pelo amor a criação e a criatura.

Afirmamos então que uma educação para valores é a base que a existência de uma relação simbiótica entre a educação geográfica e as sustentabilidades no espaço.

---

<sup>14</sup> Cabe apresentarmos, o que entendemos por competências, atitudes e habilidades. A competência é a capacidade de utilizar o conhecimento aprendido em diferentes âmbitos da atividade humana. A atitude é o modo como a pessoa se posiciona diante de situações concretas da sua vida, sendo uma fonte de atos, que dependem de como a pessoa compreende o contexto em que está inserida. E, a habilidade é o domínio do processo de produção de atos necessários para realizar atividades, e desempenhar um determinado papel interpessoal, social e produtivo.